

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	VII
----------------------------	------------

CAPÍTULO I

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	1
--	----------

CAPÍTULO II

2. TEORIA DO CONTRATO	5
2.1 Noção de contrato	7
2.1.1 Evolução.....	8
2.1.1.1 <i>Contrato como instituição jurídica</i>	14
2.1.1.2 <i>Contrato como instituto jurídico</i>	19
2.1.1.3 <i>Contrato como conceito jurídico.....</i>	22
2.1.1.4. <i>Contrato como categoria jurídica..</i>	35

O CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR,
NO BRASIL, É UM PACTO

2.1.2	O conceito contrato. A distinção entre definição e conceito.....	37
2.1.2.1	<i>Elementos constitutivos do “conceito contrato”</i>	44
2.1.3.	O contrato na ordem econômica.....	83
2.1.3.1	<i>A função típica do contrato e a doutrina objetiva da causa do contrato</i>	83
2.1.3.2	<i>O contrato e a circulação da riqueza</i>	84
2.1.3.3	<i>O contrato nas sociedades capitalista e socialista</i>	84
2.2	Teoria <i>geral</i> do contrato.....	99
2.2.1	Princípios.....	100
2.2.1.1	<i>Noção de princípio</i>	100
2.2.1.2	<i>Autonomia da vontade</i>	108
2.2.1.3	<i>Ordem social</i>	134
2.2.1.3.1	<i>Boa-fé</i>	141
2.2.1.3.2	<i>Equilíbrio contratual</i>	147
2.2.2	Limites.....	153
2.3	O contrato como <i>fonte mediata</i> de uma relação jurídica obrigacional.....	179
2.3.1	Elementos constitutivos da obrigação	184
2.3.1.1	<i>O sujeito determinável</i>	184
2.4	A formação do contrato: momento da sua conclusão e o lugar da sua celebração.	187
2.4.1	Novos modos de conclusão	191
2.5	As transformações da autonomia da vontade ...	193

EDVALDO BRITO

CAPÍTULO III

3. TEORIA DO PACTO.....	197
3.1 Evolução da noção de pacto.....	197
3.2 Pacto e contrato.....	199
3.2.1 No direito romano	199
3.2.2 No direito contemporâneo	199

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS PRINCÍPIOS CONTRA- TUAIS NO CÓDIGO CIVIL	209
4.1 Tentativas de codificação do Direito Civil brasi- leiro	209
4.1.1 Circunstâncias ideológicas do projeto do texto de 2002 do Código Civil.....	214
4.2 Teoria <i>geral</i> do contrato no Código Civil, texto de 2002.....	215
4.2.1 A liberdade de contratar.....	215
4.2.1.1 <i>A função social do contrato</i>	216
4.2.1.2 <i>A proibidade e a boa-fé</i>	227

O CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR,
NO BRASIL, É UM PACTO

CAPÍTULO V

5. A FORMULAÇÃO “DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR”, NO TEXTO DE 2002 DO CÓDIGO ...	231
5.1 Terminologia.....	234
5.2 Origem.....	236
5.3 Natureza jurídica: teorias	242
5.3.1 A conclusão deste trabalho: pacto adjecto, mediante ou uma cláusula ou um termo em anexo ao contrato, objetivando determinabilidade do sujeito.....	245
5.4 Campo de aplicação	248
5.5 Fases do <i>pacto com pessoa a declarar</i>	249
5.6 Formação do Contrato não se confunde com as fases do denominado contrato com pessoa a declarar ...	257
5.7 A execução comprobatória de conclusão do contrato. A aceitação como declaração por <i>facta concludentia</i>	257
5.8 Figuras afins.....	260
5.9 Serventia, hoje, do contrato com pessoa a declarar	263

CAPÍTULO VI

6. TRANSVERSALIDADE ENTRE O DIREITO PRIVADO E DIREITO TRIBUTÁRIO	267
6.1 Natureza do Direito Tributário.....	268
6.1.1 O crédito tributário existente	270

6.1.2	O crédito tributário exigível. O lançamento	280
6.1.3	O crédito tributário exequível. A certidão de dívida ativa.....	292
6.2	O tipo tributário é cerrado.....	294
6.3	A interpretação da norma jurídica de natureza constitucional tributária	299
6.4	A interpretação integrativa da norma tributária no direito brasileiro. Não cabimento do critério econômico	309
6.5	Relações entre o direito privado e o direito tributário.....	314
6.5.1	A Desconsideração dos Atos e Negócios Jurídicos por Dissimulação e o Pacto com Pessoa a Declarar	318
6.5.2	Perfis tributários do Pacto com pessoa a declarar.....	333
	CONCLUSÃO	341
	BIBLIOGRAFIA.....	347
	ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	397
	ÍNDICE REMISSIVO (Alfabético de Assuntos)	421
	ANEXO I	477
	ANEXO II.....	480
	ANEXO III	481
	ANEXO IV	482